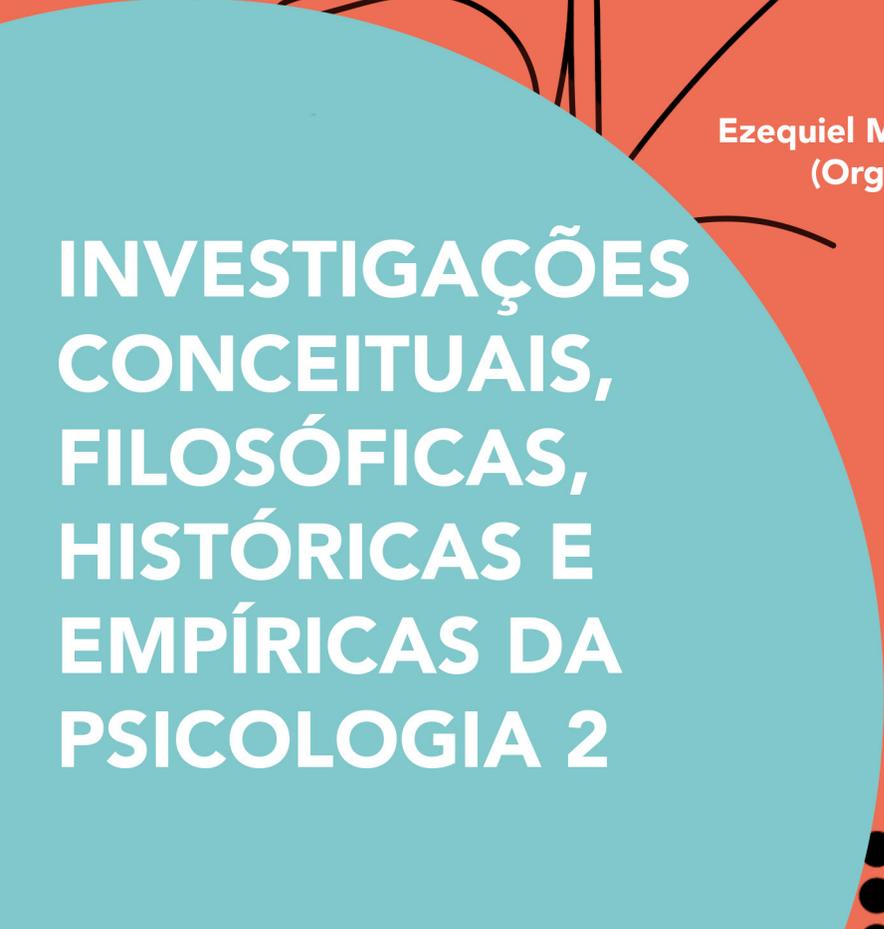




Atena
Editora
Ano 2020

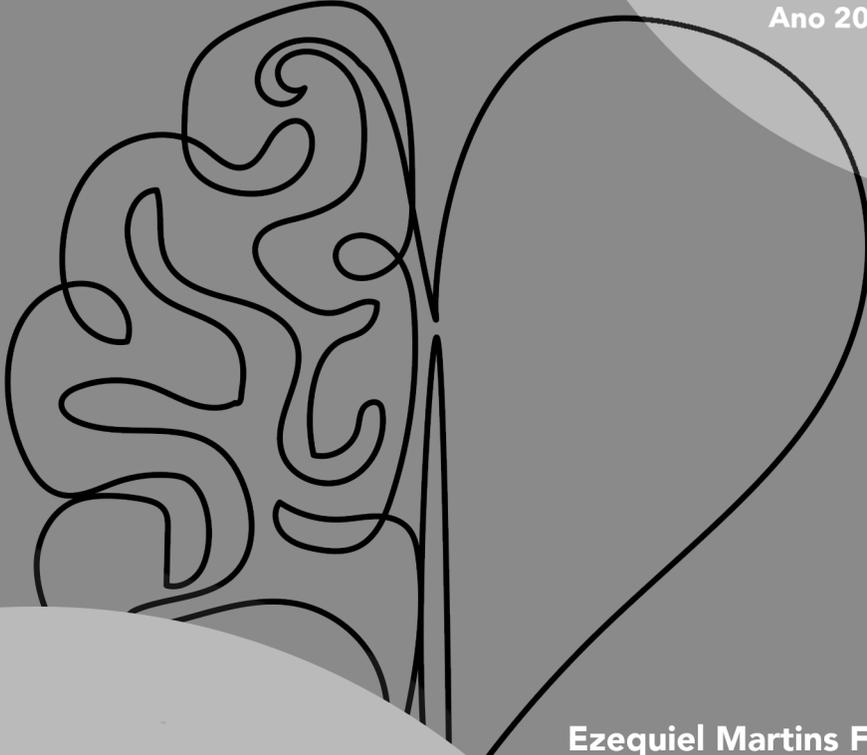
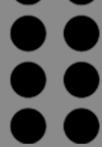


Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



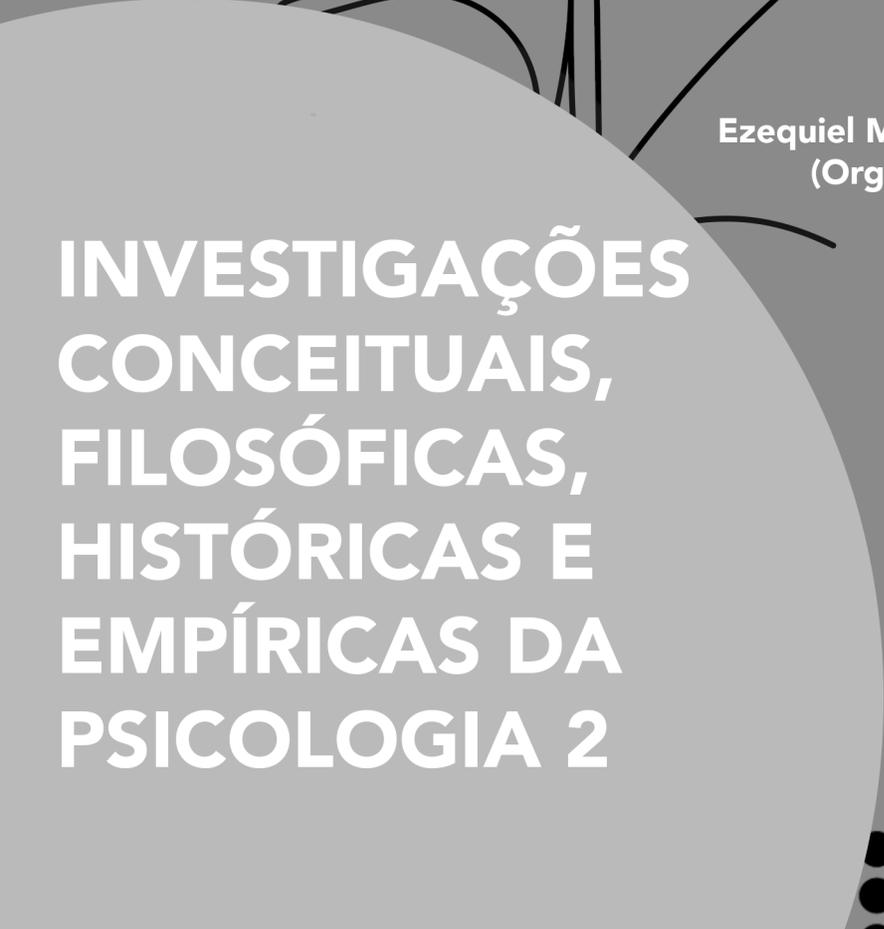
**INVESTIGAÇÕES
CONCEITUAIS,
FILOSÓFICAS,
HISTÓRICAS E
EMPÍRICAS DA
PSICOLOGIA 2**





Atena
Editora
Ano 2020

Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)



**INVESTIGAÇÕES
CONCEITUAIS,
FILOSÓFICAS,
HISTÓRICAS E
EMPÍRICAS DA
PSICOLOGIA 2**



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

162 Investigações conceituais, filosóficas, históricas e empíricas da psicologia 2 / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-622-5
DOI 10.22533/at.ed.225202311

1. Psicologia. 2. Filosofia. 3. História. I. Ferreira, Ezequiel Martins (Organizador). II. Título.

CDD 150.1

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A psique sempre esteve envolvida em articulações de vários campos de saber. De um lado, tivemos a Filosofia e a Teologia rondando, esclarecendo e mascarando os mistérios da interioridade humana. De outro, tivemos a medicina avaliando e medicalizando sofrimentos que não eram visíveis.

Mas tudo mudou com a virada para o século XX. Da Psicologia Experimental de Wundt à Psicanálise de Freud, o novo século abraçou a emergência de novos olhares para a interioridade humana.

Pensando nessa multiplicidade de olhares, a coleção “Investigações Conceituais, Filosóficas, Históricas e Empíricas da Psicologia” tem por objetivo reunir parte dessa diversidade e apresentar aos leitores a possibilidade de articulação que o saber psicológico estabelece nos dias atuais.

Contamos nesse 2º Volume com 15 capítulos. Abrimos a presente edição discutindo as relações de Gênero. Temos no Capítulo de 1 a 3 a representação da Saúde pública no atendimento à mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis; aspectos patológicos em mães e companheiras de homem mantidos e cárcere; e mulheres que desempenham duplas funções na sociedade.

Os Capítulos de 4 a 7 investem em pesquisa sobre a educação. Desde o atendimento socioeducativo, o processo inclusivo de alunos com Transtorno do Espectro Autista, uma revisão dos principais transtornos psiquiátricos que marcam presença em estudantes universitários, até a abordagem do contexto escolar a partir de uma visão Bioecológica.

Nos Capítulos de 8 a 10 o enfoque recai sobre o mundo organizacional abordando o compromisso com a satisfação dos educandos, os riscos psicossociais e sua influência na cultura organizacional e da autopercepção de lideranças em sua relação com a qualidade de vida.

É com o Direito que os Capítulos de 11 a 13 vão articular a psicopatologia, a violência contra a mulher e a alienação parental. E finalizamos esta edição com dois capítulos destinados ao tratamento da Síndrome de Burnout, por meio da flexibilidade psicológica e da alegria como ferramenta de enfrentamento.

Espero que apreciem a leitura e que esta lhes abra o horizonte para novas articulações.

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“CADA DIA UM DESAFIO”: PERSPECTIVAS SOBRE ACESSO E QUALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRANSEXUAIS E TRAVÉSTIS

Andréia Santos Carvalho
Ana Maria de Brito
Tereza Maciel Lyra
Celestino José Mendes Galvão Neto
Flávia Bonsucesso Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.2252023111

CAPÍTULO 2..... 17

MULHERES DO CÁRCERE: ASPECTOS DEPRESSIVOS E ANSIÓGENOS EM MÃES E COMPANHEIRAS DE HOMENS PRIVADOS DE LIBERDADE

Caroline Mayara Gabriel Coelho Ortiz
Camila Santos de Assis
Franciele Aparecida Silva
Beatriz Santana dos Santos
Cinthia Lira Vieira
Marta Ferreira Bastos

DOI 10.22533/at.ed.2252023112

CAPÍTULO 3..... 27

MULHERES QUE DESEMPENHAM O DUPLO PAPEL E HABILIDADES DE VIDA

Cristina Villaseñor Rodríguez
Laura Hernández Barrera
Belem Medina Pacheco

DOI 10.22533/at.ed.2252023113

CAPÍTULO 4..... 40

SITUAÇÃO DE INTERNOS EM UNIDADES DA FUNDAÇÃO RENASCER E ANÁLISE DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS E DE REINTEGRAÇÃO SÓCIOFAMILAR

Renata Maria Santos Oliveira
Madelene Rodrigues Limeira
Marlizete Maldonado Vargas

DOI 10.22533/at.ed.2252023114

CAPÍTULO 5..... 54

APROXIMAÇÕES DO ENSINO MATEMÁTICO COM A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: REVISÃO LITERÁRIA

Vinícius Barbosa de Freitas Silva

DOI 10.22533/at.ed.2252023115

CAPÍTULO 6..... 61

**TRANSTORNOS PSIQUIÁTRICOS COMUNS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS:
UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Nataly Camila Gomes de Arrais Figueredo
Bentinelis Braga da Conceição
Luana de Oliveira
Camylla Layanny Soares Lima
Annielson de Souza Costa
Angela Raquel Cruz Rocha
Daniel Berguem Altino da Silva
Marhesca Carolyne de Miranda Barros Gomes
Barbara Maria Rodrigues dos Santos
Rhanyele de Moura Cardoso
Layane Mayhara Gomes Silva
Adriano Nogueira da Cruz
Ricardo Clayton Silva Jansen
Edilane Henrique Leôncio
Adriana Carvalho Araújo
Ronaldo Alves Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.2252023116

CAPÍTULO 7..... 72

**O CONTEXTO ESCOLAR À LUZ DA TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO
HUMANO**

Rosana Assis dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.2252023117

CAPÍTULO 8..... 79

**COMPROMISO ORGANIZACIONAL Y SATISFACCIÓN ESTUDIANTIL EN UNA ESCUELA
DE ARTE DEL PERÚ**

Tania Maria Anaya Figueroa

DOI 10.22533/at.ed.2252023118

CAPÍTULO 9..... 93

**OS RISCOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NA
SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL**

Regina Márcia Brolesi de Souza

Rodrigo Meister de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.2252023119

CAPÍTULO 10..... 104

**LÍDERES EM EMPRESAS BRASILEIRAS E AUTOPERCEPÇÃO SOBRE SUA QUALIDADE
DE VIDA NO TRABALHO**

Cláudia Lopes da Silva

Andrea Fujie

Angélica Gutierrez Ursuga

Fernando José Lopes

Julia Maria Nunes Arantes

Larissa Silva
Silas Melo de Chiara
Vanessa Neglisoli
Ana Cristina Limongi- França
DOI 10.22533/at.ed.22520231110

CAPÍTULO 11..... 122

PSICOPATIA SOB O ENFOQUE PENAL: DA INIMPUTABILIDADE AO CÁRCERE

Tatiane Cristina Camargo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.22520231111

CAPÍTULO 12..... 134

INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA E O DIREITO EM CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO NUDEM

Ângela Fernanda Santiago Pinheiro

Eurico Soares Reis

Líbera Naysse de Barros Ferreira

Rubia Caroline Neves

Valquíria Oliveira Santana

Vanessa Júnia Silva Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.22520231112

CAPÍTULO 13..... 142

A FAMÍLIA EM CRISE: A FORMAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello

Mônica Félix de Brito

Leda Maria Maia Rodrigues Carvalho

Silvana Barbosa Mendes Lacerda

Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.22520231113

CAPÍTULO 14..... 150

PSYCHOLOGICAL FLEXIBILITY, EMOTIONAL SYMPTOMATOLOGY AND BURNOUT SYNDROME IN NURSES

Maria Blanca Cuenca

Maria Belen Garcia Martin

Maria Jose Calero Garcia

DOI 10.22533/at.ed.22520231114

CAPÍTULO 15..... 164

ALEGRIA COMO RECURSO DE ENFRENTAMENTO (EUCOPING): REFLEXÕES À PARTIR DA PSICONEUROENDOCRINOLOGIA

Larissa Silva

Cláudia Lopes da Silva

Esdras Guerreiro Vasconcellos

Fátima Ferreira Bortoletti

Ana Cristina Limongi-França

Sigmar Malvezzi

DOI 10.22533/at.ed.22520231115

SOBRE O ORGANIZADOR.....	177
ÍNDICE REMISSIVO.....	178

OS RISCOS PSICOSSOCIAIS DO TRABALHO E SEUS POSSÍVEIS IMPACTOS NA SUSTENTABILIDADE ORGANIZACIONAL

Data de aceite: 01/10/2020

Data da submissão: 05/10/2020

Regina Márcia Brolesi de Souza

Universidade Estadual de Londrina-Paraná;
ISAE - Escola de Negócios.

Rodrigo Meister de Almeida

UFPR,
ISAE- Escola de Negócios.

RESUMO: Este artigo tem por objetivo apresentar o relato da pesquisa de Mestrado em Governança e Sustentabilidade do Instituto de Administração e Economia do Mercosul/Conveniada da FGV, cujo propósito foi demonstrar os possíveis impactos dos fatores psicossociais do trabalho na sustentabilidade das organizações. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, por meio de livros, artigos científicos, teses e dissertações, bem como documentos oficiais do Ministério da Previdência Social, Organização Internacional do Trabalho, IBGE e demais fontes de dados. Os principais resultados revelaram que a legislação trabalhista não inclui os riscos psicossociais para determinar formas de gestão dos riscos e limites de tolerância de exposição aos trabalhadores. Os fatores psicossociais não são gerenciados e são muito pouco contemplados dentro dos programas de prevenção de riscos ao trabalhador e prevenção de perdas no negócio. Há, de um modo geral, falta da gestão da saúde mental do trabalhador tem alto potencial de prejudicar as corporações

e sua competitividade no mercado, por afetar diretamente sua sustentabilidade organizacional nas variáveis ambiental, social e econômica.

PALAVRAS - CHAVE: Riscos Psicossociais. Saúde Mental e Trabalho. Sustentabilidade Organizacional. Indústria.

THE PSYCHOSOCIAL RISKS OF WORK AND ITS POSSIBLE IMPACTS ON ORGANIZATIONAL SUSTAINABILITY

ABSTRACT: This article aims to present the report of the Master's research in Governance and Sustainability of the Institute of Administration and Economics of Mercosur/Conveniada of FGV, whose purpose was to demonstrate the possible impacts of psychosocial factors of work on the sustainability of organizations. It is a bibliographic and documentary research, through books, scientific articles, theses and dissertations, as well as official documents of the Ministry of Social Security, National Labor Organization, IBGE and other data sources. The main results revealed that labor legislation does not include psychosocial risks to determine forms of risk management and limits on tolerance of exposure to workers. Psychosocial factors are not managed and are very little contemplated within the programs of prevention of risks to workers and prevention of losses in the business. There is, in general, lack of mental health management of workers has high potential to harm corporations and their competitiveness in the market, by directly affecting their organizational sustainability in environmental, social and economic variables.

KEYWORDS: Psychosocial Risks. Mental Health

1 | INTRODUÇÃO

Considerando a realidade do cenário da saúde do trabalhador e a legislação trabalhista do Brasil, este artigo tem o objetivo de apresentar o relato da pesquisa de Mestrado em Governança e Sustentabilidade do Instituto de Administração e Economia do Mercosul/Conveniada da FGV, cujo objetivo foi demonstrar os possíveis impactos dos fatores psicossociais do trabalho na sustentabilidade das organizações.

Os afastamentos do trabalho por doenças ligadas à psique vêm aumentando progressivamente no Brasil – de acordo com dados do Ministério da Previdência Social, em 2008 foram registrados 197.914 benefícios auxílio-doença previdenciários concedidos segundo o Código F (Transtornos Mentais e Comportamentais) da CID-10, número que chega a 216.161 em 2013 (BRASIL, 2014). Nessa direção, os chamados fatores psicossociais passam a ser apontados como importantes variáveis a serem gerenciadas no ambiente das instituições, em especial das indústrias, pois a sustentabilidade do negócio é afetada por esse fenômeno e pelos altos custos do gerenciamento da mão de obra afetada por esse mal.

Este trabalho buscará melhor compreensão do referido fenômeno por meio da análise dos dados da Previdência Social. Após a compreensão dessas informações, será realizada pesquisa que busque indicar os impactos desses fatores às indústrias. Por fim, será verificado como a estrutura atual da Engenharia de Segurança e a Medicina do Trabalho, que já contemplam outros fatores de riscos como os químicos, físicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, abordam o tema. Isso será realizado por meio de uma análise da legislação vigente, em especial das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho, com o objetivo de encontrar possível enquadramento da necessidade de se realizar a gestão desses riscos. Por isso, torna-se relevante a demonstração de como os riscos psicossociais afetam as indústrias e como a atual estrutura de saúde e segurança prevista legalmente protege as instituições e os trabalhadores.

É importante mencionar que antes de realizar este trabalho o autor trabalhou no Serviço Social da Indústria - SESI durante 12 anos e que ao longo desse período manteve frequente contato com o empresários e gestores de indústrias no estado do Paraná. Este permanente contato com a comunidade industrial trouxe percepções sólidas sobre a gestão neste ramo, e obviamente, impregnam o raciocínio e acarretam em contribuição evidente neste trabalho.

Observa-se que os riscos psicossociais no ambiente de trabalho atualmente figuram no centro de discussões nacionais e internacionais, resultando em seu reconhecimento como fatores que demandam maior compreensão para que se busquem instrumentos de identificação e controle, o que acarretaria em uma atuação preventiva.

Os fatores psicossociais do trabalho, de acordo com Fischer (2012), referem-se: nas interações entre meio ambiente e condições de trabalho, condições organizacionais, funções e

conteúdo do trabalho, esforços, características individuais e familiares dos trabalhadores. Em 2008, a *World Health Organization* (WHO), elaborou um documento listando os principais riscos psicossociais que incidem sobre os ambientes de trabalho. Tais riscos “abrangem aspectos de concepção e gestão do trabalho e os contextos sociais e organizacionais que têm o potencial de causar danos psicológicos ou físicos” (WHO, 2008, p.7), e estariam diretamente relacionados a questões como violência, estresse e assédio no ambiente de trabalho. Percebe-se uma diferença de conceituação entre ‘risco’ e ‘fator’ psicossocial, considerando-se risco aquela condição que oferece possibilidade de dano, ao contrário do fator que pode acarretar em ganho e aumento da satisfação ao trabalho. Os fatores psicossociais podem trazer maior produtividade e satisfação para o trabalhador, ao contrário dos riscos.

Atualmente os programas e instrumentos disponíveis no contexto nacional voltados à saúde, qualidade de vida do trabalhador, gestão de clima e sustentabilidade, em sua maioria limitam-se ao levantamento de fatores e estruturas organizacionais, por um lado, ou à presença de sintomas indicativos de transtornos mentais ou comportamentais, de outro, sem correlacionar estas duas dimensões. Embora sejam importantes para levantar fatores que podem influenciar a saúde mental dos trabalhadores, mostram-se insuficientes, pois avaliam tais aspectos de forma indireta e pouco conclusiva.

Por fim, cabe esclarecer que, de acordo com a literatura pesquisada até o momento, não se identificou a existência de nenhum instrumento disponível validado e fidedigno para a realidade brasileira.

2 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva, na qual foram caracterizados os riscos psicossociais e seus conceitos acessórios, identificando os riscos que podem afetar a sustentabilidade corporativa industrial. Quanto aos meios foi uma pesquisa bibliográfica, por meio das bases de periódicos científicos, livros junto à literatura brasileira e estrangeira, bem como pesquisa documental por meio do levantamento e análise de arquivos contendo dados e indicadores presentes nos registros oficiais dos principais órgãos e entidades que regulamentam as ações para a saúde do trabalhador, tais como: Organização Internacional do Trabalho, Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde e Ministério da Previdência Social, dentre outros.

Destaca-se que, tanto a falta de uma exata qualificação do risco psicossocial nos diversos ramos industriais, como o real impacto financeiro e social que afetam a sustentabilidade neste ramo econômico, levou o pesquisador a optar pela abordagem qualitativa de pesquisa, em função dos fenômenos envolvidos em questão. Apesar disso, houve também um levantamento de dados e indicadores quantitativos, mas a análise foi predominantemente qualitativa.

3 | ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este artigo fará um recorte da pesquisa e dará maior ênfase nos impactos dos riscos psicossociais na sustentabilidade organizacional, apesar de que a pesquisa tratou também da Legislação Trabalhista atualmente vigente no Brasil.

Por meio da análise documental de relatórios de órgão oficiais como o Ministério da Previdência Social do Brasil, permitiram que uma compreensão de indicadores já existentes a cerca dos impactos que os riscos psicossociais na sustentabilidade organizacional. Quando se fala em saúde ocupacional, um tema específico tem se destacado por afetar um número cada vez maior de trabalhadores em todo o mundo: a emergência dos transtornos mentais e comportamentais descritos sob o CID F no Código Internacional de Doenças.

Conforme dados disponibilizados pelo Ministério da Previdência Social indicam que no Brasil, em 2012, foram concedidos 214.397 benefícios previdenciários sendo 11.597 considerados com nexos com o trabalho. Já em 2013 este número saltou 6,74% frente a um aumento de 2,74% do número de carteiras assinadas no Brasil, chegando a 228.849 ocorrências sendo 12.688 consideradas com nexos com o trabalho (Brasil, 2015). Esses dados evidenciam que considerável aumento dos afastamentos por transtornos mentais frente ao número de trabalhadores registrados no país. Considera-se ainda, que há subnotificação da doença por ignorância do diagnóstico preciso ou simplesmente pela desinformação e preconceito social no que se refere ao tema.

Verificou-se ainda, que a partir de 2009 a Previdência Social passou a divulgar as 50 doenças que mais tiveram incidência na concessão de benefícios. No caso das doenças da família CID F- transtornos mentais e comportamentais, são apresentados no gráfico 1, a evolução histórica das ocorrências, considerando apenas as doenças com nexos com o trabalho:

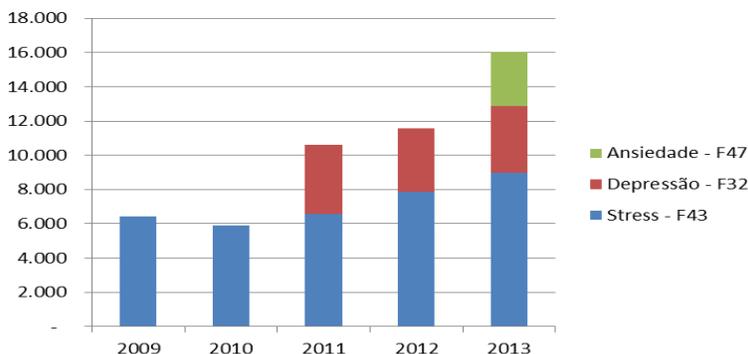


Gráfico 1 - Número de afastamentos por Cid F com Nexos com o trabalho nas 50 doenças mais incidentes por ano

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados: Ministério da Previdência Social (2015)

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 1, verifica-se que o código F43- “Reações ao “stress” grave e transtornos de adaptação” era o único entre as 50 doenças com mais ocorrências junto à Previdência Social até 2010. O stress pulou de 26.o lugar com 6412 ocorrências em 2009 para 19.o lugar com 8.989 ocorrências. A partir de 2011 o CID F32 – “Episódios Depressivos” passou a figurar elevando consideravelmente a participação da família F no grupo de 50 maiores ocorrências, o que também aconteceu em 2013 com a “promoção” para o top 50 do CID F41- Outros “transtornos ansiosos”.

Todo este fenômeno levou a família F a figurar como uma das principais causas de afastamento no Brasil em um curto espaço de 4 anos, saltando, considerando-se apenas as 50 principais doenças, de 6412 benefícios em 2009 para 16019 benefícios com nexo com o trabalho em 2013. Outras doenças da família F, com grande ocorrência (fora das 50 mais incidentes) elevaram ainda mais este número. Atualmente os transtornos mentais somente estão abaixo das lesões de membros superiores e inferiores na ocorrência de acidentes/doenças do trabalho.

Isto evidencia que houve um aumento significativo das ocorrências e a ausência de legislação pertinente ao tema, métodos de diagnóstico e formas de interpretá-los visando definir medidas de controle preventivo às doenças da psique. Corroboram com esta análise Silva-Junior e Fischer (2014), na qual desenvolveram uma pesquisa cujo objetivo foi analisar a variação do perfil dos benefícios previdenciários por transtornos mentais e comportamentais e sua relação com o trabalho no Brasil. Nos principais resultados, os autores identificaram que dentre os adoecimentos, os transtornos mentais e comportamentais são frequentes e comumente incapacitantes, os quais evoluem naturalmente com o absenteísmo por doença e redução da produtividade.

Pontes (2013) também reforça esta análise ao afirmar que a OMS acusa que os transtornos mentais menores, ou seja, aqueles que envolvem sintomas como fadiga, insônia, irritabilidade, ansiedade, dificuldade de concentração e queixas somáticas, acometem aproximadamente 30% dos indivíduos em atividade laboral. Quanto aos transtornos mentais graves, estima-se que esses acometam de 5 a 10% dos trabalhadores.:

[...] as doenças mentais são responsáveis por cinco das dez principais causas de afastamento do trabalho no país, sendo a primeira delas a depressão, representando um gasto de R\$ 2,2 bilhões por ano, o que equivale a 19% dos custos com auxílios-doença pagos pela Previdência Social a um universo de 1,5 milhão de pessoas. As doenças mentais são as que mais incapacitam as pessoas. (PONTES, 2013, p.137).

Somado a isto, os dados da pesquisa documental indicaram que há outras dificuldades de caráter subjetivo na mensuração deste quadro: comumente o trabalhador evita assumir sua condição de doente, mascarando sintomas e atribuindo a componentes corporais incômodos que, na verdade, são de ordem psíquica. Com base nisso, percebe-se a importância de se analisar os dados numéricos com cautela, buscando sempre

compreender o que eles querem dizer. Afinal, como bem alertam Brunoro et al. (2013, p.90), indicadores baixos de ausência por doença significam que os trabalhadores estão mais saudáveis e trabalhando em melhores condições, ou, que há um medo crescente de perder o emprego que faz com que os indivíduos compareçam ao trabalho mesmo que enfermos?

Com base na análise preliminar das percepções obtidas como consultor de empresas, dos documentos oficiais e literatura, já é possível indicar alguns fatores de impactos às indústrias e suas consequências, pois houve um aumento das ocorrências de afastamentos por doenças da psique. Segue abaixo o detalhamento cada tópico identificado:

a) Redução nos custos de horas perdidas (absenteísmo)

Além dos dados quantitativos apresentados no item acima, oriundos dos afastamentos por doenças da psique com mais de 15 dias, é certo que uma quantidade ainda maior de dias de trabalho são perdidas por faltas e pequenos afastamentos (com menos de 15 dias e, portanto, não presentes nos dados da Previdência Social apresentados anteriormente).

O enfrentamento da questão, buscando uma relação de trabalho que não atente à saúde mental do trabalhador, ou ainda, que preserve a boa saúde mental, obviamente evitará pequenas faltas, e, conseqüentemente, os maiores afastamentos também. Assim, o absenteísmo (relação entre horas planejadas/horas trabalhadas) obviamente se encaminhará para um equilíbrio maior entre os números, trazendo maior eficiência pela boa produtividade e aproximação ao resultado e desempenho planejados visando a sustentabilidade econômica do negócio e diminuindo a variabilidade projetada para execução da atividades.

A evidência do perigo de não se observar e combater as causas do absenteísmo já são estudadas na Europa a décadas, porém no Brasil pouco se tem de dados consolidados, não permitindo a percepção do dano à economia nacional. Segundo Graça (1999), o absenteísmo, devido a incapacidade para o trabalho por doença, acidente ou lesão, na União Europeia, tem um custo total estimado entre 1.5% e 4% do PIB. Isso equivale a dizer que, entre custos diretos, indiretos e ocultos, os países pagam, em média, pelo absenteísmo o equivalente à sua taxa de crescimento econômico num ano normal. No Brasil, como já afirmado, não temos quaisquer dados consolidados e sequer uma fórmula padrão, sendo o cálculo feito por empresa internamente.

b) Redução nos custos de seleção e treinamento para substituição de mão de obra no caso de afastamentos prolongados ou permanentes

As corporações, e em especial as indústrias brasileiras, convivem com uma grande dificuldade de recrutamento de mão de obra qualificada. Este fator acarreta em um custo considerável para um bom recrutamento e um investimento maior no treinamento destes profissionais.

O afastamento prolongado ou definitivo (por invalidez para o trabalho) de um profissional acarreta em custo direto para a sua substituição de forma adequada. Ao evitar

estes afastamentos e buscando a valorização das práticas saudáveis, entende-se que uma economia direta para o empregador ocorrerá, devido à diminuição da necessidade de substituição temporária ou permanente dos trabalhadores por afastamento decorrente de doenças ligadas aos fatores psicossociais.

c) Redução no risco de condenações pecuniárias e condenações de responsabilidade civil

A condenação criminal por danos à saúde do trabalhador está prevista no Código Penal Brasileiro: “*causar dano à saúde de outrem*” com agravante na pena se causar incapacidade parcial ou total ao trabalho normalmente, e poderá ser convertida em pena pecuniária para as pessoas jurídicas (organizações empregadoras), chegando a valores cada vez maiores.

Já a obrigatoriedade de se reparar o dano e na impossibilidade de fazê-lo compensá-lo ou indenizá-lo traz a responsabilidade civil de forma paralela à responsabilidade criminal, sendo que uma das condenações não anula a outra. Se antes estes valores indenizatórios por doença do trabalho não eram tão altos quando as ações eram julgadas pelas Varas Cíveis, hoje tem um valor bem superior, principalmente depois que passaram a ser julgadas pelas Varas do Trabalho. Os Juízes do Trabalho tendem a determinar penas maiores aos empregadores pela Escola Humanista que interfere no Direito Trabalhista.

O número de ações questionando não só o dano à saúde, mas também, o prejuízo moral da doença da psique aumenta e encontra empregadores despreparados para demonstrar ações preventivas, resguardando legalmente a instituição. Se as tecnologias ligadas à segurança e saúde dos trabalhadores avançaram quanto aos riscos físicos, químicos, ergonômicos e mecânicos, por outro lado, pouco demonstrou amadurecimento quanto ao trato das doenças da psique à proteção da saúde mental. Esta situação mostra mais uma vez a grande necessidade de pesquisas em métodos de identificação e gestão dos riscos psicossociais, o que acarreta em uma demanda multidisciplinar incluindo as ciências exatas, da saúde e humanas a fim de se encontrar formas e ações concretas para a melhoria das condições psicossociais dos trabalhadores.

Outra situação preocupante e que compõe um risco de perda direta está ligada às ações regressivas da Previdência Social. Previsto no ordenamento jurídico tais ações nunca foram efetivadas e nos últimos anos, após a receita previdenciária virar atribuição da Receita Federal, têm-se visto um aumento significativo e recorrente nesta modalidade de ação. Trata-se de um pedido da Previdência Social à Justiça Federal para que o empregador se responsabilize pelo pagamento de benefícios quando estes forem gerados por doenças com nexos com o trabalho mas que de forma comprovada não tenha atendido à legislação de segurança e saúde do trabalho. Neste caso o Juiz poderá determinar que o empregador passe a pagar o benefício previdenciário e não a Previdência Social.

Observa-se que hoje são raríssimas as organizações que possuem meios de prova de que comprovadamente fazem a prevenção de riscos psicossociais ou que tenham a

preservação mental do trabalhador como meta. Existem iniciativas, mas a comprovação técnica/ científica de sua eficácia e quase sempre ausente.

d) Redução do Imposto SAT/RAT pela diminuição na frequência, gravidade e custo gerados pelo afastamento com nexos

Verifica-se que no Brasil houve um aumento da alíquota base de imposto previdenciário, no caso de a empresa ter um desempenho pior que a média do seu setor, no que se refere à acidentes e afastamentos por doenças do trabalho. A mesma fórmula também ocasiona um prêmio para empresa que tiver um desempenho melhor que a média de seu setor, podendo esta pagar apenas metade do imposto. A alíquota base deste imposto poderá ser de 1, 2 ou 3% da folha de pagamento mensal dependendo do setor produtivo da empresa (CNAE). Estas porcentagens podem dobrar ou reduzir para a metade, na análise de desempenho quanto a acidentes e afastamentos.

A fórmula que define o cálculo do imposto, podendo este punir o empregador ou premiá-lo no caso de um bom desempenho, leva em conta três fatores: a frequência, a gravidade e o custo. A frequência de acidentes ou doenças: número de Comunicações de Acidentes de Trabalho (CAT) emitidas, somadas com o número de afastamentos com nexos com o trabalho registrados na Previdência Social. A gravidade: tempo em que o trabalhador permanece recebendo o benefício gerado por doença ou acidente com nexos com o trabalho. O custo: valores pagos pela Previdência como benefício.

Se observadas com cuidado e aplicando-se as três variáveis ao exemplo das doenças da psique, entende-se que estas são altamente impactantes, pois geram uma alta gravidade. Isto se dá por serem as doenças de longa duração, sendo o processo de alta mais complexo que doenças/lesões tradicionais no trabalho como contusões ou vírus, por exemplo. Ressalte-se que é a gravidade a variável com maior peso na fórmula que calcula o FAP – Fator Acidentário de Prevenção, que é o fator que multiplica a alíquota do imposto punindo ou premiando a empresa.

Como exemplo, o quadro a seguir apresenta uma simulação do cálculo:

<p>EMPRESA DO SETOR VESTUÁRIO</p> <p>FOLHA DE PAGAMENTO R\$ 40.000,00 ALÍQUOTA BASE: 3% (definida pelo CNAE da empresa)</p> <p>Empresa 1 - DESEMPENHO PÉSSIMO COM MUITAS OCORRÊNCIAS</p> <p>SAT = 3% x 2 = 6% ou seja:</p> <p>R\$ 2.400,00/mês R\$ 28.800,00/ano</p> <p>Empresa 2. DESEMPENHO ÓTIMO COM POUCAS OCORRÊNCIAS</p> <p>SAT = 3% x 0,5 = 1,5% ou seja:</p> <p>R\$ 600,00/mês R\$ 7.200,00/ano</p> <p><u>DIFERENÇA DE R\$ 21.600,00/ano (-75%)</u></p>

Quadro 1. Simulação de cálculo para FAP – Fator Acidentário De Prevenção

Fonte: Pesquisa documental - elaborado pelo autor

Conforme explicitado no quadro 1, fica evidenciado que, ao se evitar/retirar trabalhadores com doenças da psique dos afastamentos na Previdência Social, há uma economia mensal para a empresa em função de não sobrecarregar seu desempenho, e isto interfere no cálculo do imposto. Para uma melhor gestão desta situação, ainda estão sendo realizadas melhorias na metodologia deste cálculo. Em setembro de 2015, por exemplo, foi definida uma nova regra que indica o cálculo por estabelecimento, sendo que antes era pelo CNPJ raiz geral. Desta forma as empresas poderão verificar o desempenho de cada uma de suas unidades perante o cálculo da Previdência Social através da referência e comparação de indicadores presentes no extrato do FAP, divulgado todo o mês de setembro. Ressalta-se que muitas indústrias ainda desconhecem este cálculo e esta possibilidade, acarretando em erros consideráveis na gestão dos afastamento, onerando sua carga tributária, e, conseqüentemente, interferindo na sustentabilidade da organização dos cidadãos trabalhadores da mesma ou com relação indireta.

Destaca-se ainda, que o tempo de afastamento por doenças da psique é usualmente mais longo que das outras enfermidades pela complexidade de seu tratamento. Esta informação é relevante pois a fórmula que calcula o fator acidentário de prevenção, que é o multiplicador da alíquota para definir o bonnus ou o mallus daquela organização. Também leva-se em conta na fórmula o número de ocorrências daquela unidade de uma empresa e também o custo dos afastamentos baseando-se no salário do acidentado/doente. Esta fórmula, este fator e estes cálculos se referem apenas às ocorrências com nexos com o trabalho.

Os transtornos envolvendo a saúde mental dos trabalhadores tem causado grande preocupação e alerta, motivando a investigação dos fatores psicossociais envolvidos na emergência desta questão. Contudo, apesar da multiplicidade de pesquisas e intervenções voltadas ao tema, existe uma carência de instrumentos que possam diagnosticar os riscos

psicossociais correlacionados ao desencadeamento ou agravamento de transtornos mentais e comportamentais.

Algumas tentativas têm sido feitas neste sentido, mas até o momento continuam incipientes, aplicáveis a públicos e contextos específicos que pouco dialogam com a realidade das organizações brasileiras.

Como demonstrado, existem ganhos diretos e indiretos, além de um alto fator de prevenção de perdas para as instituições empregadoras, os quais devem ser desenvolvidos e demonstrados a fim de garantir um imediato investimento na identificação, controle e combate aos riscos psicossociais. Para tal, é necessário o desenvolvimento de ferramentas e métodos concisos e adequados ainda inexistentes no Brasil, e que poderão auxiliar na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e na saúde financeira das instituições empregadoras.

Desta forma deixa-se a tradicional política punitiva e reativa e têm-se no Brasil finalmente um instrumento que pode, pela boa conduta do empregador referente à proteção e não afastamento dos trabalhadores, trazer benefícios fiscais afetando diretamente, por uma boa gestão do meio ambiente de trabalho, benefícios sociais pela manutenção da saúde do trabalhador e economicos com a preservação, do capital no negócio fim. É diretamente um incentivo para manutenção da sustentabilidade organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica e documental desta pesquisa revelaram que, mesmo tendo grande impacto nas relações jurídicas e de administração, a legislação sobre segurança e saúde ocupacional pouco, ou quase nada, rege sobre as questões psicológicas e sociológicas da relação homem x trabalho. O histórico desvio do assunto saúde mental (não só relacionado ao trabalho) pela sociedade, como um tabu, causou um verdadeiro isolamento da questão que por muito tempo se restringiu ao âmbito da psicologia, não sendo abordado por outras áreas de conhecimento, incluindo o direito, a engenharia e a medicina do trabalho.

Necessário é o desenvolvimento de ferramentas de gestão de recursos humanos que considerem os fatores psicossociais, sua identificação e mensuração de risco à saúde do trabalhador, assim como o fator positivo gerado pelo trabalho à psique dos trabalhadores. O primeiro passo talvez deva ser dado no sentido de entender e adaptar métodos de identificação e sua aderência aos programas de prevenção de riscos e doenças já previstos na legislação.

Os pesquisadores das ciências da saúde, em especial da psicologia, devem interagir com os profissionais de engenharia e medicina do trabalho para que todos possam construir métodos e pesquisas que contemplem os fatores psicossociais e seu impacto positivo ou negativo nos trabalhadores e nas organizações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 127, de 22 de maio de 1991. Promulga a Convenção nº 161, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, relativa aos Serviços de Saúde do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0127.htm. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Previdência Social (MPS). Acidentes e Doenças do Trabalho por Porte de Empresas Biênio 2012-2013. **3.º Boletim Quadrimestral sobre Benefício por Incapacidade**, 2014. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/arquivos/projetos/3boletim-quadrimestral.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Menu de apoio – estatísticas**: segurança e saúde ocupacional: tabelas CID-10. Disponível em <http://www.previdencia.gov.br/estatisticas/menu-de-apoio-estatisticas-seguranca-e-saude-ocupacional-tabelas/>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Portaria n.º 1.823, de 23 de agosto de 2012. Biblioteca Virtual em Saúde - Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/>. Acesso em: 02 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria 3214 de 8 de junho de 1978**. Disponível em: http://www3.mte.gov.br/seg_sau/leg_normas_regulamentadoras.asp. Acesso em 15 out 2019.

BRUNORO, C. M.; BOLIS, I.; PEREIRA, L. F.; SZNELWAR, L. I. Sustentabilidade corporativa, responsabilidade social e corporativa e trabalho: uma abordagem teórica. In: SILVEIRA, M. A. **Inovação para o desenvolvimento de organizações sustentáveis**: trabalho, fatores psicossociais e ambientes saudáveis. Campinas, SP: CTI (Centro de Tecnologia da Informação “Renato Acher”), 2013.

FISCHER, F. M. Relevância dos fatores psicossociais do trabalho na saúde do trabalhador. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.46, n.3, p.401-403, 2012.

PONTES, S. K. Relações entre saúde e trabalho. In: SILVEIRA, M. A. **Inovação para o desenvolvimento de organizações sustentáveis**: trabalho, fatores psicossociais e ambientes saudáveis. Campinas, SP: CTI (Centro de Tecnologia da Informação “Renato Acher”), 2013.

SILVA-JÚNIOR, J. S.; FISCHER, F. M. Adoecimento mental incapacitante: benefícios previdenciários no Brasil entre 2008-2011. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.48, n.1, p.186-190, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **The Ottawa Charter for Health Promotion**. First International Conference on Health Promotion, Ottawa, 21 November 1986. Disponível em: <http://www.who.int/healthpromotion/conferences/previous/ottawa/en/>. Acesso em: 12 out. 2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 40, 41, 42, 52, 53, 125

Alegria 9, 12, 164, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 174

Ansiedade 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 97, 116, 125, 143, 147, 150, 172, 173

Assistência a saúde 1

Autismo 54, 55, 56, 58, 59, 60

Auto percepção do Líder 105

B

Bem-estar 27, 29, 33, 35, 36, 37, 104, 105, 106, 108, 110, 113, 114, 115, 116, 119, 124, 140, 164, 165, 166, 172, 173, 174

Burnout 9, 12, 68, 69, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 174, 175, 176

C

Companheiras de presos 17, 24

Comportamento Organizacional 105

Contexto Escolar 9, 11, 55, 72, 73, 74, 76, 77, 78

D

Depressão 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 50, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 97, 126, 150, 172, 173

Desenvolvimento Humano 11, 28, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 124, 177

Direito 9, 12, 8, 9, 13, 14, 18, 25, 44, 54, 55, 99, 102, 122, 123, 126, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 144, 146, 148, 149

E

Educação 9, 23, 24, 44, 45, 49, 52, 53, 54, 55, 59, 60, 72, 73, 76, 78, 135, 146, 147, 175, 177

Estresse 30, 31, 32, 33, 35, 38, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 95, 105, 106, 109, 116, 121, 150, 169, 173, 174

Estudantes 9, 11, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 71

F

Família 12, 14, 18, 19, 23, 24, 29, 30, 32, 33, 40, 41, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 55, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 96, 97, 109, 124, 125, 128, 139, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149

H

Habilidades de vida 10, 27, 28, 29, 35, 38

Homens privados de liberdade 10, 17, 20

I

Indústria 93, 94

Inimputabilidade 12, 122, 128, 129, 130

Integralidade do Cuidado 1

M

Mães de Presos 17

Matemática 54, 55, 56, 60

Mulheres Trabalhadoras 27

P

Papéis Duplos 27

Psicologia 2, 9, 12, 15, 26, 40, 42, 44, 52, 53, 59, 66, 76, 78, 102, 121, 122, 123, 124, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 148, 164, 175, 176, 177

Psicopatia 9, 12, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 131

Q

Qualidade de vida 9, 11, 27, 28, 29, 30, 35, 38, 95, 102, 104, 110, 112, 116, 118, 120, 121, 165

Qualidade de Vida no Trabalho 11, 104, 105, 106, 108, 110, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 164

Queixa Escolar 72, 73, 74, 76, 77, 78

R

Ressocialização 40, 48, 49, 123, 124, 130, 131

S

Sanção 122, 130, 131

Saúde LGBT 1

Saúde Mental 24, 44, 61, 62, 67, 68, 70, 71, 93, 95, 98, 99, 101, 102, 129, 130, 131, 164, 166

Saúde Mental e Trabalho 93

Stress 38, 62, 97, 105, 116, 119, 120, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176

Sustentabilidade Organizacional 11, 93, 96, 102

T

Teoria Bioecológica 11, 72, 73, 74, 76, 77

Transtorno Mental 62, 64, 126

Transtorno Psíquico 62

V

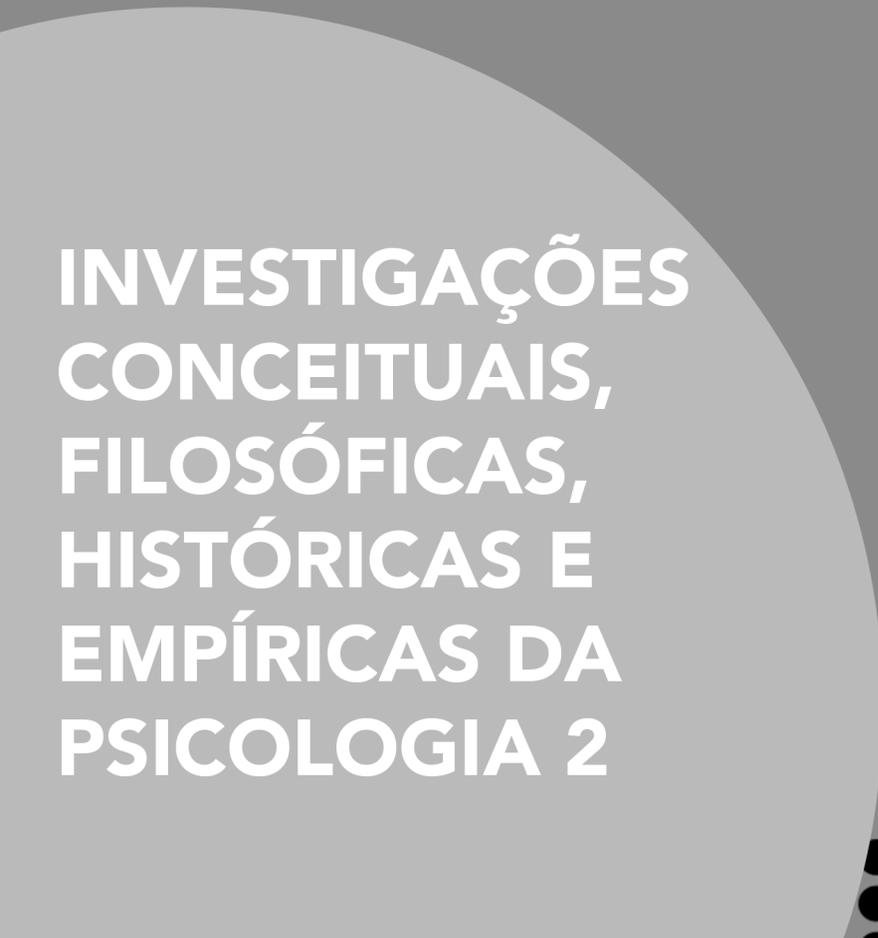
Violência Contra a Mulher 9, 134, 139

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



**INVESTIGAÇÕES
CONCEITUAIS,
FILOSÓFICAS,
HISTÓRICAS E
EMPÍRICAS DA
PSICOLOGIA 2**



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

INVESTIGAÇÕES CONCEITUAIS, FILOSÓFICAS, HISTÓRICAS E EMPÍRICAS DA PSICOLOGIA 2